

Versão *On-line* ISBN 978-85-8015-076-6
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2013



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO
PARANÁ**



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

ODETE APARECIDA DA SILVA

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA:
CONHECER AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS PARA
TRANSFORMAR**

**QUATIGUÁ
2014**



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO
PARANÁ**



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

ODETE APARECIDA DA SILVA

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA:
CONHECER AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS PARA
TRANSFORMAR**

Artigo científico apresentado à Coordenação Estadual do Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria do Estado de Educação do Paraná, como requisito parcial à obtenção de título de Professor/PDE, sob a orientação da professora Md. Beatriz Brochado Stramare Ferrari.

QUATIGUÁ

2014

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: CONHECER AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS PARA TRANSFORMAR

Odete Aparecida da Silva¹

Beatriz Brochado Stramare Ferrari²

Resumo: O presente artigo apresenta uma proposta de trabalho baseada na importância da formação de professores para atender alunos com necessidades educacionais especiais, visto que um dos problemas abordados constantemente na escola é com relação à dificuldade encontrada para atender tais alunos, o que gera muitas dúvidas e questionamentos. Diante desta realidade, o principal objetivo deste trabalho é despertar a necessidade de aperfeiçoamento profissional e contribuir no suporte pedagógico aos docentes, para que os professores atuantes e os que estão em processo de formação promovam, de fato, a inclusão, partindo do pressuposto de que é preciso conhecer para transformar.

Palavras-chave: Inclusão; Necessidades educacionais especiais; Formação de professores.

Abstract: This paper presents a work based on the importance of training teachers to meet pupils with special educational needs, since one of the issues addressed constantly in school is related to the difficulty to meet such students, which generates many doubts and questions. Given this reality, the main objective of this work is to awaken the need for professional development and contribute to the pedagogical support to teachers so that teachers working and those who are in process of formation promote, in fact, inclusion, assuming that you need to know to transform.

Keywords: Inclusion; Special educational needs; Training of teachers.

¹ Professora da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná nas áreas de Língua Portuguesa e Educação Especial e autora do artigo PDE na área de Educação Especial e Diversidade. E-mail de contato: odetesilva@seed.pr.gov.br

² Professora Md. em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná e Docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/ *campus* Jacarezinho, Centro de Ciências Humanas e da Educação - CCHE. E-mail de contato: biaferrari@uenp.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de pesquisa bibliográfica decorrente de participação no Programa de Desenvolvimento da Educação – PDE no período letivo de 2013 – 2014, proposto pela Secretaria Estadual de Educação – SEED, tendo como público-alvo os professores do Colégio Estadual João Marques da Silveira – EFM, município de Quatiguá-Pr.

Objetivamos expor fundamentos teóricos a respeito da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais – NEE no ensino regular, destacando a importância da formação do professor e da busca de práticas pedagógicas adequadas, para que a aprendizagem se efetive.

Segundo Mantoan:

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico (1997, p.142).

O processo inclusivo trouxe novos desafios e gerou muitas dúvidas e questionamentos. Aos professores cabe verificar quais alunos apresentam necessidades especiais, que necessidades são essas, considerando tanto os alunos individualmente, como os ambientes da escola e de casa e, principalmente, como supri-las, oferecendo recursos e atendimentos que contribuam para o progresso pessoal, social e acadêmico destes alunos. Para tanto, é imprescindível uma adaptação curricular. Segundo Rodrigues (2006), os professores “inclusivos” fazem-na e os professores “tradicionais” mantêm-se em modelos diferenciados.

Verificamos que existe uma lacuna entre a formação inicial e a sala de aula e a formação inclusiva é o único caminho para diminuir esta enorme distância. Carvalho (2004, p. 14) destaca que “os professores alegam (com toda razão) que, em seus cursos de formação, não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial”.

Durante a implementação, buscamos construir reflexões que ressignifiquem o manejo com as diferenças e contribuir no suporte pedagógico aos docentes em assuntos referentes à educação inclusiva, além de conscientizar a comunidade

escolar sobre o papel da escola no processo inclusivo. Para que este trabalho se efetive, é necessário que as pessoas envolvidas persistam, aceitem os desafios, acreditem que é possível e ampliem as ações empreendidas. Só assim a educação inclusiva deixará de ser mera formalização e passará a ser cada vez mais real nas escolas brasileiras e na sociedade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial no Brasil foi ganhando seu espaço de forma lenta, através da criação de instituições de caráter assistencialista.

Em 1954, Beatrice Bemis, mãe de uma criança portadora da Síndrome de Down, junto com outros pais, professores e médicos, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, que se constitui, hoje, no maior movimento social de caráter filantrópico do país, visando proporcionar prestação de serviços, qualidade de vida, promoção e inclusão da pessoa portadora de deficiência. A partir de 1955, com o apoio da Sociedade Pestalozzi do Brasil, começa a funcionar a primeira escola para crianças especiais.

No ano de 1961, constituiu-se um marco importante na história da Educação Especial no Brasil, quando foi contemplada pela primeira vez na Legislação Educacional. A partir de 1971, a Secretaria de Estado da Educação foi reestruturada, em consequência da lei nº 5.692/71, quando então passa a existir o Departamento de Educação Especial, com a função de normalizar, coordenar, promover e difundir o ensino especializado, dando prioridade às questões administrativas e pedagógicas, voltadas a atividades como a prevenção, identificação, triagem, avaliação e atendimento educacional.

Em 1981, a Organização das Nações Unidas – ONU instituiu o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, levantando a bandeira da igualdade de oportunidades para todos. Foram formuladas ações que provocaram mudanças, sobretudo, a que se traduz na ruptura com a atitude de benevolência e na adoção de uma posição política, centrada na garantia do direito e acesso à cidadania dos sujeitos com necessidades especiais (OLIVEIRA; AMARAL, 2004).

A Constituição Brasileira, em seu artigo 205, relata que todos têm o direito à educação e, no artigo 208, inciso III, que o atendimento educacional especializado dos portadores de deficiência se fará preferencialmente na rede regular de ensino. As ações não discriminadoras vêm sendo, desde então, a mola propulsora que orienta a educação especial no país. Desta forma, a individualização, a normalização e a integração são princípios que fundamentam essa modalidade de ensino. Esses princípios encontram respaldo filosófico nos seguintes documentos: Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), Declaração de Salamanca (1994).

A Conferência de Salamanca contemplou questões relativas à educação especial, destacando entre elas que pessoas com necessidades especiais devem ter acesso às escolas regulares, usando uma pedagogia centrada na criança e que atenda suas necessidades (BRASIL, 1994).

Ao utilizar o termo “pessoa com necessidades educacionais especiais” a Declaração de Salamanca inclui todas as crianças com deficiências, superdotadas, de rua, que trabalham, nômades, marginalizadas e sugere uma pedagogia centrada na relação com estes alunos, atendendo as necessidades de cada um.

Em 1996, foi promulgada a LDB nº 9.394/96, que dedica um capítulo inteiro à educação especial, enfatizando a importância da inserção de alunos especiais em escolas regulares. A expressão necessidades especiais foi legalizada no Art. 58, Cap. V, referente ao alunado da educação especial. Considerando-se que a nova LDB veio à luz no auge de todo um movimento em prol de uma escola inclusiva – uma escola de qualidade para todos – a expressão tornou-se mais abrangente, aplicando-se não só aos alunos com deficiências, como a todos aqueles “excluídos” por diversas razões. A educação especial é definida como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino e beneficia a todos os educandos.

A partir de então, estes alunos começam a ter uma participação mais efetiva no ambiente escolar e na sociedade, deixando de ser atendidos somente em instituições exclusivas e buscando alternativas de aprendizagem no ensino regular.

Embora as necessidades especiais na escola sejam amplas e diversificadas, a atual política nacional de educação especial aponta uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola. Nessa

perspectiva, define que o aluno portador de necessidades especiais é aquele que, por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.

Neste sentido, o Decreto nº 7.611/2011 oficializou a Sala de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência (física, mental, intelectual ou sensorial), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns, dando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. O programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento, além de professor especializado para atuar no AEE.

A Sala de Recursos Multifuncionais é outra grande conquista, tornando possível um atendimento especializado mais individualizado, buscando suprir as necessidades dos alunos e dando suporte aos professores da classe comum, auxiliando-os na escolha dos recursos pedagógicos mais adequados a cada caso.

Existem, hoje, diversos recursos à disposição dos alunos com necessidades educacionais especiais, tais como libras, braile, soroban, tecnologia assistiva, audição de livros falados e outros que auxiliam a aprendizagem dos mesmos e proporcionam a possibilidade de interagirem com a comunidade escolar e viabilizarem o processo inclusivo.

As políticas educacionais apontam que o atendimento aos alunos com necessidades especiais deve ser, prioritariamente, nas classes comuns do ensino regular, visando à socialização e verdadeira integração dos mesmos no âmbito escolar e na sociedade em que estão inseridos.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Mundialmente, a educação inclusiva vem sendo discutida em fóruns, seminários, com elaboração de normas, leis e acordos que regem uma educação sem distinção e discriminação, igual e voltada a todos.

O processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança com deficiência na escola e na classe regular, dando suporte de serviços da área de educação especial, através de seus profissionais.

Atualmente, observa-se uma preocupação em atender a diversidade, quer seja de origem social, racial ou cultural. Surge, então, a escola inclusiva, que busca dar atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas” (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 21).

Infelizmente, a escola regular não foi planejada para acolher a diversidade, ao contrário, foi padronizada, buscando atender a um padrão de “normalidade”, provocando, muitas vezes, segregação e exclusão. O olhar é para a deficiência do aluno e não para a sua potencialidade nem para a organização pedagógica da escola. O aluno tem que integrar-se ao contexto escolar, dependendo de suas condições pessoais de adaptação à estrutura e aos parâmetros educacionais da escola. Muitos professores não se sentem comprometidos com a inclusão e ficam à margem do processo, não tomam consciência da sua importância, acham que a responsabilidade é de outros profissionais.

Pires (2008) afirma que o processo inclusivo ainda não vem acontecendo na maioria de nossas escolas porque os educadores ainda não se acostumaram a trabalhar de forma cooperativa e solidária, não descobriram o valor e a riqueza da diversidade e das diferenças e não venceram o medo do enfrentamento do novo e do desconhecido. É preciso libertar-se dos preconceitos, ter consciência que educar é um compromisso do Ser com o Ser; reconhecer o valor das diferenças e a riqueza que elas proporcionam ao desenvolvimento de cada um dos alunos e ao crescimento profissional dos educadores.

Um aluno com deficiência pode não aprender, não por sua incapacidade de aprender, mas pela incapacidade da escola o ensinar, respeitando o direito ao modo e tempo de aprendizagem individual do aluno. O que faz a diferença, segundo Lima (2008) é o respeito que cada um de nós deve ter com seus pares, independentemente do conjunto de diferenças que se escolha para referenciar a tão propagada “normalidade”.

Surge, então, a necessidade de transformação da sociedade atual, para uma sociedade ética, inclusiva, de pessoas humanas. Para Lima (2008), trata-se, pois, de uma transformação ética, contínua, consciente e concreta, já que ela tem de se refletir em nossas atitudes, ações, falas, e acima de tudo, em nós mesmos.

A atual legislação vem jogando a nosso favor, embora no sentido pleno da inclusão, nossa legislação relativa às pessoas com necessidades especiais tenha chegado com décadas de atraso e evidentes limitações, distantes da realidade.

De acordo com as palavras de Pires:

Não bastam leis inspiradas no princípio da inclusão a determinar a inclusão; esta só acontece mediante a *ruptura*, isto é, uma mudança radical de atitudes como instauradoras de uma nova ética. Novas políticas de formação precisam ser instauradas em todas as agências formadoras, e novas posturas éticas precisam de presidir a construção dos projetos pedagógicos das nossas escolas, com adoção de currículos e mudanças organizacionais apropriadas, novas estratégias de ensino e pedagogias que eduquem com sucesso todos os alunos, parcerias com a comunidade, nesse esforço conjunto do qual todos: professores, funcionários, alunos, pais, famílias, comunidade, somos convidados a participar (2008, p.47).

Reconhece-se, hoje, que não basta inserir fisicamente o educando na escola. Para Martins (2008), é imprescindível:

- Que o governo adote, efetivamente, políticas inclusivas e não apenas divulgue, através dos diversos meios de comunicação, que está promovendo a inclusão escolar e que, em decorrência disto, as escolas estão receptivas para receber a todos os educandos, sem exceção.
- Buscar formas a fim de contribuir para mudar a escola, para torná-la receptiva às necessidades de todos os alunos.
- Ajudar os professores a refletir e a aceitar sua responsabilidade quanto à aprendizagem de todos os educandos, colaborando assim para prepará-los para ensinar àqueles que são comumente excluídos das escolas, por qualquer razão.
- Propiciar o envolvimento dos vários elementos que constituem a escola – do porteiro ao diretor – no processo inclusivo.
- Possibilitar que os educandos com necessidades especiais, efetivamente, possam se sentir parte integrante daquele ambiente educacional, aceitos e apoiados por seus pares e pelos demais membros da escola.

Hoje, uma nova ética da inclusão está despertando: para ela crescer vigorosa em nossa sociedade e em nossas escolas basta viver, com profundidade, intensamente, a atitude ética do educador, cujas três virtudes básicas essenciais,

necessárias, são: primeira, crer na inclusão; segunda, desejá-la; terceira, construí-la (PIRES, 2008).

A escola se afirma como uma comunidade inclusiva, que fundamenta e orienta sua ação rumo a uma escola de todos e para todos. Estar junto na vida cotidiana escolar vai ensinando os alunos a respeitar as diferenças e aceitar limitações, estabelecendo relações de afetividade. No processo de inclusão, as interações com o outro são benéficas e a privação de tais interações dificulta a concretização deste processo.

Os pais demonstram desejo e interesse de matricular seus filhos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, porém, o medo e a insegurança os impedem de dar o primeiro passo. De fato, a inclusão deve acontecer de forma responsável. Os pais devem estar cientes da real potencialidade de seus filhos e respeitar suas limitações. É sabido que tais alunos se beneficiam da inclusão, principalmente pela convivência com os outros alunos, mas também entendemos que muitas vezes não conseguem acompanhar os conteúdos curriculares e realizam suas atividades sozinhos, o que não possibilita a inclusão social. Muitas escolas não contam com apoio especializado para avaliar as necessidades dos alunos nem para orientar o corpo docente.

Os professores precisam rever suas concepções e refletir sua prática pedagógica, entendendo que a solução dos problemas não vem numa “receita pronta”, mas na busca do conhecimento e através da troca de experiências.

A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto. Para tal, algumas contribuições teórico-metodológicas são de fundamental importância.

Maria Tereza Eglér Mantoan apresenta um posicionamento frente à inclusão escolar tido como mais radical e afirma que: “Precisamos de apoio e de parcerias para enfrentar essa tarefa de todos que é o ensino de qualidade. Temos sofrido muita oposição e resistência dos que deveriam estar nos apoiando. Falta vontade de mudar” (2006, p.25).

Mantoan também é incisiva quando declara:

“Nossa obrigação é fazer valer o direito de todos à educação e não precisamos ser corajosos para defender a inclusão, porque estamos certos de que não corremos nenhum risco ao propor que alunos com e sem deficiência deixem de frequentar ambientes educacionais à parte, que

segregam, discriminam, diferenciam pela deficiência, excluem como é próprio das escolas especiais” (2006, p.26-27).

Por outro lado, Mantoan (2006) deixa claro que é preciso estar atento para que o direito à diferença não inferiorize, não discrimine nem marginalize, não condene aos preconceitos e à segregação dos alunos com e sem deficiência.

Rosita Edler Carvalho (2006) delinea sua obra de forma mais ponderada, sem perder a criticidade e alega que há necessidade de se criarem mecanismos que permitam que o aluno se integre social, educacional e emocionalmente com seus colegas e professores. A escola precisa definir sua responsabilidade, criando espaços inclusivos. Não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas é a escola, consciente de sua função, que se coloca à disposição do aluno. Nas suas palavras:

“Examinar a prática pedagógica objetivando identificar as barreiras para a aprendizagem é um desafio a todos nós educadores que, até então, as temos examinado sob a ótica das características do aprendiz. Suas condições orgânicas e psicossociais têm sido consideradas como os únicos obstáculos responsáveis pelo seu insucesso na escola” (2000, p.60).

A escola deve envolver em seu currículo metodologias, objetivos, conteúdos e avaliações, ou seja, as prioridades pedagógicas que se traduzem pelas necessidades educacionais de cada aluno. Neste sentido, Carvalho (2006) ressalta a importância da pesquisa na construção de práticas educativas de fato inovadoras. Trata-se de um convite à reflexão sobre a teoria, contrapondo a prática até então construída com o que se desejaria construir.

Estas e outras contribuições deixam claro que a inclusão é uma realidade. Exemplo disso são pessoas lutando por este ideal, batalhando a acessibilidade, o acesso à educação, ao trabalho e ao lazer, pesquisando novas formas de fazer, com qualidade para todos.

Uma escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas e tem o compromisso de acolher a diversidade, atendendo as diferenças individuais de seus alunos, buscando os ideais que, segundo Sasaki (1998, p.3) são:

- **Um senso de pertencer** – filosofia e visão de que todas as crianças pertencem à escola e à comunidade e de que podem aprender juntas.
- **Liderança** – envolvimento ativo do diretor com a escola toda no provimento de estratégias.
- **Padrão de excelência** – resultados refletidos nas necessidades individuais dos alunos.
- **Colaboração e cooperação** – envolvimento de alunos em estratégias de apoio mútuo.
- **Novos papéis e responsabilidades** – interdisciplinaridade – psicólogos, professores e todo o pessoal da escola trabalham juntos e fazem parte do processo de aprendizagem.
- **Parceria com os pais** – essencial à educação de seus filhos.
- **Acessibilidade** – todos os ambientes físicos da escola são tornados acessíveis.
- **Ambientes flexíveis de aprendizagem** – respeito ao ritmo individual de aprendizagem, diversidade de estilos.
- **Estratégias baseadas em pesquisas** – aprendizado cooperativo, adaptação curricular, ensino de iguais, instrução direta, treinamento em habilidades sociais etc.
- **Novas formas de avaliação** – menos testes padronizados. Utilização de novas formas de avaliar o progresso de cada aluno rumo aos respectivos objetivos.
- **Desenvolvimento profissional continuado** – Curso de aperfeiçoamento contínuo aos professores, visando melhoria de seus conhecimentos e habilidades para melhor educar.

Em suma, sabemos que a educação inclusiva ainda está dando seus primeiros passos, mas salientamos que a inclusão é possível, desde que respeitadas as potencialidades dos alunos e resguardado o apoio ao professor, que deve manter uma postura ética frente às diferenças, buscando sempre uma ação educativa compartilhada e inclusiva.

2.3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATENDER ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE)

A presença dos alunos com necessidades especiais causa estranheza à comunidade escolar, que resiste em reconhecê-los como seus alunos e desenvolver sua formação.

O primeiro passo em direção a uma inclusão de fato nas escolas é a aceitação da diversidade. Afinal, o que é ser diferente?

Rodrigues assinala que:

O certo é que não só os alunos são diferentes, mas também os professores – e ser diferente é uma característica humana e comum, não um atributo

(negativo) de alguns. A educação inclusiva dirige-se assim aos “diferentes”, isto é... a todos os alunos. E é ministrada por “diferentes”, isto é... por todos os professores (2006, p.306).

Um processo inclusivo implica em mudança de mentalidade e requer uma nova visão das pessoas, para que todos sejam respeitados, bem como suas diferenças.

Sabemos que o sistema educacional não desenvolveu autonomia pedagógica e administrativa, nem capacitou os educadores na elaboração e utilização de projetos pedagógicos, o que requer uma política de mudanças de cultura administrativa e a capacitação e desenvolvimento profissional dos educadores para construir esta nova realidade.

Nas palavras de Ferreira e Ferreira:

Nesse sentido, fica patente o despreparo dos educadores em geral quanto ao conhecimento sobre as peculiaridades de um determinado tipo de deficiência/incapacidade, e este é um aspecto que se destaca nesta trama, principalmente pela ausência de uma política de formação continuada capaz de promover o desenvolvimento profissional dos professores, [...] uma vez que não tiveram em sua formação inicial um eixo capacitador para a educação na perspectiva da diversidade (2007, p.38).

O processo de inclusão é bastante complexo e requer muito conhecimento e preparação dos profissionais envolvidos. Neste contexto, Mitler (2003, p.35) reitera que “a inclusão implica que todos os professores têm direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional”.

Infelizmente, esta ainda não é a realidade das escolas brasileiras, que não preparam efetivamente os professores para atuarem frente à educação inclusiva. Rodrigues (2006) acentua que nos cursos de formação de docentes, a prioridade é dos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando a capacitação necessária aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos, o que traz sérias consequências à efetivação do processo inclusivo.

Não podemos esquecer que a inclusão se dá no contexto escolar e que temos outros profissionais igualmente importantes neste processo.

Segundo as autoras Zulian e Freitas (2001), para tornar possível a inclusão, a formação do professor deve estar alicerçada no estabelecimento de parcerias

entre os implicados no processo educativo – dentro e fora da escola – e na criação e compreensão de enfoques curriculares, metodológicos e estratégias que possibilitem a construção coletiva do conhecimento.

Desta forma, é fundamental que o processo de formação possibilite aos professores identificar os mecanismos escolares que geram a exclusão, bem como conhecer os processos que favorecem a organização de uma escola inclusiva, especialmente nos aspectos referentes à gestão escolar, à organização curricular e à avaliação de desempenho (VITALIANO, 2010).

Partindo destes pressupostos, torna-se primordial a formação de um profissional autônomo, reflexivo, capaz de tomar decisões e de criar possibilidades pedagógicas para atender às necessidades educacionais especiais.

Vitaliano enfatiza que:

Considerando todas estas análises, percebemos a necessidade de planejar a construção do processo de formação de professores, de modo que, efetivamente as próximas gerações de professores se percebam responsáveis pela aprendizagem de todos os alunos e não somente daqueles que não apresentam deficiência (2010, p.56).

Na sua formação inicial, nos cursos de licenciatura, os professores devem ser preparados para compreender e assumir o processo de inclusão de alunos com NEE, tornando-se aptos para organizar seu planejamento e executar suas atividades, proporcionando a interação dos mesmos e promovendo sua socialização com os colegas de turma.

Vitaliano (2010) lembra que, para que estas ações se concretizem e o professor possa estabelecer comunicação com alunos que usam sistemas diferenciados de comunicação, como a Libras (Língua Brasileira de Sinais), será necessário o apoio de professores especializados, fato que requer a aprendizagem de trabalhar de forma compartilhada.

Mas como proceder para efetivar esta tarefa?

O Parecer CNE/CP9/2001 traz algumas orientações referente às Diretrizes para Formação Inicial de Professores da Educação Básica, às quais destacamos:

As novas tarefas atribuídas à escola e a dinâmica por elas geradas impõe a revisão na formação docente em vigor na perspectiva de fortalecer ou instaurar processos de mudanças no interior das instituições formadoras, respondendo às novas tarefas e aos desafios apontados [...]. Para isso, não bastam mudanças superficiais. Faz-se necessária uma revisão profunda de aspectos essenciais na formação de professores, tais como: a organização

institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades da atuação dos professores, aos processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação e os sistemas de ensino, de modo a assegurar-lhes a indispensável preparação profissional (BRASIL, 2002, p.10-11 apud VITALIANO, 2010, p.56).

Um curso de licenciatura dificilmente prepara o professor para lidar com as diversas situações que irá enfrentar e a formação dada é básica, mas não suficiente. Destacamos, então, a importância da formação continuada, organizada pelas próprias instituições formadoras, que poderia acontecer de diversas maneiras: cursos, centros de estudos, encontros mensais de professores para troca de experiências, entre outras alternativas que propiciem ao professor sanar suas dúvidas e desenvolver melhor seu trabalho, pois compreendemos que a formação do professor para incluir alunos com NEE não depende apenas de seus conhecimentos sobre educação especial, mas de sua formação global: teórica, técnica, política, social e emocional.

Uma das características marcantes da estrutura educacional, hoje, é a flexibilidade, onde as escolas devem deixar de ser padronizadas e buscar seguir seus projetos pedagógicos próprios.

Rodrigues salienta que:

Para atender a diferença na sala de aula devemos flexibilizar as práticas pedagógicas. Os objetivos e estratégias de metodologias não são inócuos: todos se baseiam em concepções e modelos de aprendizagem. Assim, se não propormos abordagens diferentes ao processo de aprendizagem, acabaremos criando desigualdades para muitos alunos (2006, p.305-306).

Nesta mesma abordagem, Ferreira e Ferreira destacam que:

[...] a flexibilidade pode, então, favorecer o surgimento de projetos educacionais que contemplem com mais adequação a diversidade do alunado, de forma que enseje o surgimento de escolas verdadeiramente democráticas, na qual a criança e o jovem com deficiência possam ser acolhidos e nela terem seu plano de formação escolar básica desenvolvido a contento (2007, p.32).

A comunidade escolar deve estar atenta às diferenças, procurando atender a diversidade e incentivando os alunos a permanecerem na escola. Para Mantoan (2006), uma escola inclusiva propõe o modelo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

A escola deve buscar ações que materializem a inclusão escolar e estratégias que “possam ressignificar as pessoas com deficiência, não apenas alterando os rótulos com os quais caracterizam as suas identidades, mas ressignificando o ‘outro’ no fazer pedagógico” (FERREIRA e FERREIRA, 2007, p.39).

Toda a comunidade escolar deve estar engajada na busca de caminhos que levem a uma verdadeira inclusão e que possa atender de forma satisfatória a diversidade, lembrando que a participação da família no processo inclusivo é de fundamental importância.

O futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais, a fim de trabalhar uma meta comum: a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos (MENDES, 2004, p.228).

Nessa perspectiva, sabemos que o caminho a percorrer é longo e os obstáculos são numerosos. Fica claro também que é o trabalho do professor que impulsiona a escola, principalmente no que tange ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, o que torna primordial uma busca constante de conhecimento e aprimoramento, para que haja um verdadeiro processo de transformação.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No início do ano letivo de 2014, durante a semana pedagógica, foi realizado o primeiro contato com os professores do Colégio Estadual João Marques da Silveira – EFM, com a apresentação em slides do Projeto de Intervenção Pedagógica “A formação do professor na perspectiva inclusiva: conhecer as necessidades educacionais especiais para transformar”, destacando sua importância, objetivando incentivar a participação de todos.

Iniciamos nosso trabalho com a apresentação do filme “Como estrelas na terra toda criança é especial”, abordando o tema dislexia e chamando a atenção dos professores para a importância de buscar formação para atender as necessidades educacionais que se apresentam na escola.

Nosso próximo passo foi enviar um questionário aos professores do colégio, elencando questões sobre a viabilidade da inclusão no ensino regular e as principais dificuldades encontradas pelos mesmos no atendimento aos alunos com NEE. Esta ação contou com a participação de vinte e nove professores e alguns resultados coletados estão demonstrados nos gráficos abaixo, indicando que ainda temos um longo caminho a percorrer:

Com relação ao processo inclusivo no ensino regular, especificamente no colégio onde você trabalha, responda as questões abaixo, expressando sua opinião:

a) *A escola, quanto à estrutura física, está preparada para receber os alunos com NEE.*

(04) sim

(25) não

b) *No aspecto sócio-afetivo, a comunidade escolar está aberta e preparada para receber os alunos com NEE, aceitando suas diferenças e limitações, sem agir de forma preconceituosa e discriminatória.*

(06) sim

(23) não

c) *A equipe pedagógica está embasada com conhecimentos específicos para orientar o trabalho do professor.*

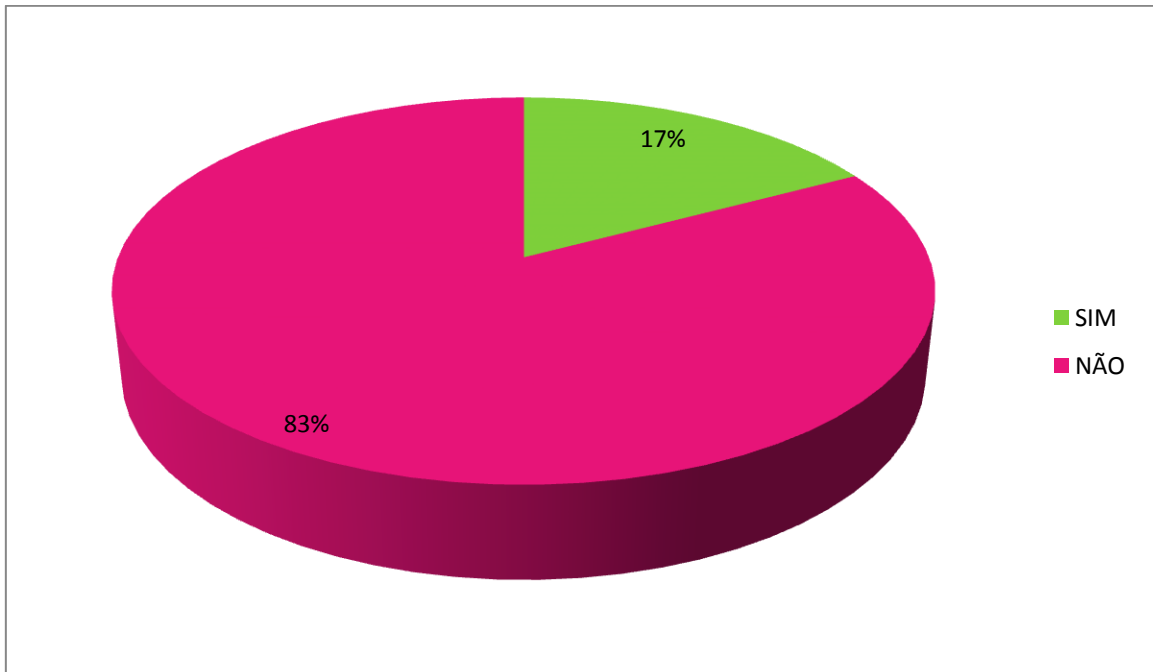
(06) sim

(23) não

d) *O professor está preparado para adequar o seu PTD às necessidades individuais do aluno com NEE, enfatizando o aspecto funcional dos conteúdos.*

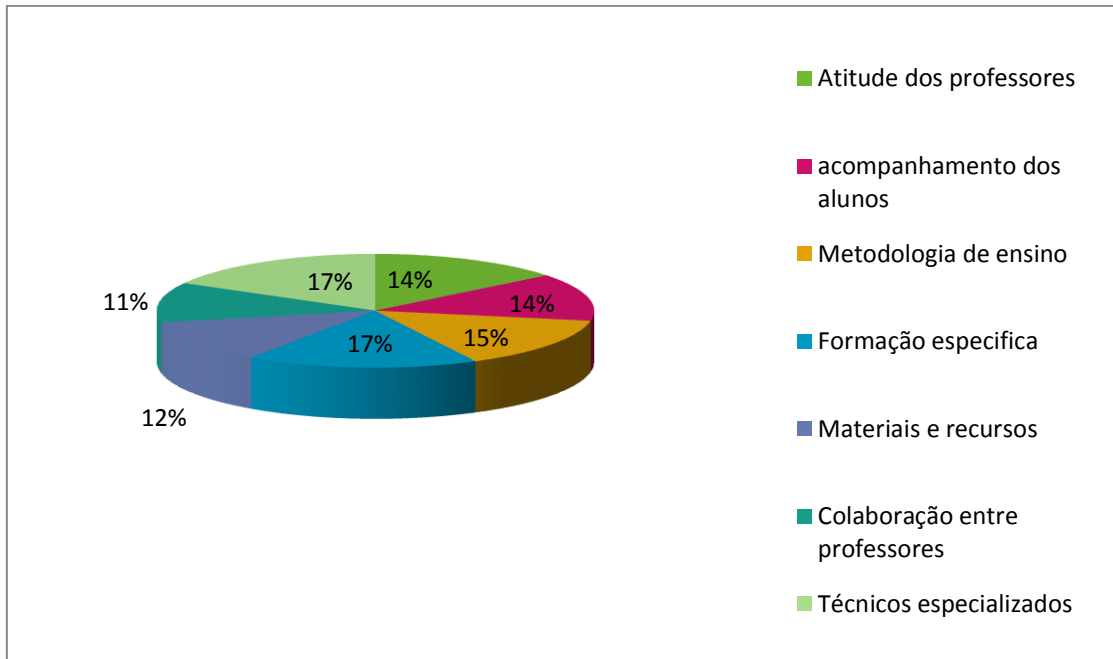
(04) sim

(25) não



Classifique por ordem de prioridade crescente de 1 a 7 (sendo 1 a menos importante e 7 a mais importante) as condições que considera mais relevantes para a realização de um efetivo processo de inclusão:

<i>Atitudes dos professores</i>	<i>(126)</i>
<i>Avaliação/acompanhamento dos alunos</i>	<i>(119)</i>
<i>Metodologias de ensino</i>	<i>(128)</i>
<i>Formação específica para trabalhar com alunos com NEE</i>	<i>(151)</i>
<i>Materiais e recursos</i>	<i>(106)</i>
<i>Colaboração entre os professores</i>	<i>(100)</i>
<i>Técnicos especializados (professores, psicólogos, terapeutas)</i>	<i>(149)</i>



Os gráficos comprovam que a grande maioria dos professores do ensino regular não se sente preparada nem qualificada para atender os alunos com NEE, no que se refere à estrutura física da escola, no aspecto sócio afetivo e na capacitação de professores e equipe pedagógica.

Verificamos também que, diante dos aspectos abordados pelo questionário, os docentes avaliam que a formação de professores e a participação de técnicos especializados são as condições mais importantes para o atendimento de alunos com NEE.

A palestra realizada pela professora Mestre Ester Hinterling de Barros, com o tema “A formação do professor na perspectiva inclusiva” envolveu toda a comunidade escolar, com a participação de professores estaduais, municipais e alunos do 3º ano do ensino médio, em parceria com os professores de Filosofia e Sociologia. Na ocasião, houve uma apresentação dos alunos da Escola de Educação Especial “São Lucas”, motivando os professores para o tema e visando a interação entre escola de educação especial e ensino regular.

Outro momento relevante para o desenvolvimento do projeto foi a apresentação das Provas Piagetianas aos educadores, destacando a importância da avaliação psicopedagógica e o trabalho do professor da Sala de Recursos. Durante uma semana, os materiais ficaram expostos e, na hora-atividade, todos tiveram a

oportunidade de manuseá-los e sanar as dúvidas e curiosidades a respeito da aplicação das referidas provas.

Finalmente, realizamos um grupo de estudos que contou com a participação de dezoito professores e teve início com uma leitura e posterior debate sobre a Sala de Recursos Multifuncionais, bem como uma reflexão sobre o envolvimento efetivo do ensino regular com os alunos com NEE. A maioria desconhecia ou tinha apenas noção da legislação que rege o funcionamento da SRM, com exceção dos professores que atuam na educação especial. Na sequência, houve estudos de texto sobre Deficiência Intelectual e Deficiência Neuromotora e a indicação de apoios educacionais adequados a cada caso; Deficiência Visual e Surdez e o apoio à escolaridade básica com atendimentos complementares como Braille, Soroban e Libras. Neste encontro, foi exibido o desenho animado “O milagre de Anne Sullivan”, que retrata a emocionante história de Helen Keller, que ficou cega e surda ainda bebê e conseguiu ser alfabetizada na língua de sinais. Trabalhamos com textos explicativos sobre Transtornos Globais do Desenvolvimento (autismo/ síndrome de Asperger/síndrome de Rett/transtorno desintegrativo da infância/transtornos invasivos do desenvolvimento) e Transtornos Funcionais Específicos (dislexia/disgrafia/disortografia/discalculia/transtorno de déficit de atenção e hiperatividade). Reunimo-nos ainda para discutir sobre a oferta de enriquecimento e aproveitamento curricular para alunos com altas habilidades/superdotação, tanto na classe comum como em salas de recursos, finalizando com vídeos sobre crianças superdotadas.

Durante os encontros, os educadores reconheceram que a escola está mais atenta quanto à inclusão, mas falta conhecimento, pois encontram dificuldades para atender as diferenças; trocaram informações sobre os alunos matriculados no colégio que apresentam dificuldade de aprendizagem, TGD e TFE, buscando a prática pedagógica mais adequada a cada caso, o que enriqueceu ainda mais nosso trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva no ensino regular já é uma realidade. As políticas públicas norteiam este caminho ofertando subsídios para as escolas, como adaptações na estrutura física, materiais pedagógicos diferenciados e profissionais especializados na área de educação especial. Entretanto, na prática, a comunidade escolar não está preparada para atender com responsabilidade os alunos com NEE e não possui as condições necessárias para sua viabilização. Enfrentamos muitas barreiras: preconceito, resistência da comunidade escolar, despreparo e desinteresse de alguns professores, falta de profissionais que possam dar suporte às classes comuns.

Uma escola inclusiva é aquela que respeita a diversidade e possui um currículo que contempla diversas metodologias e estratégias de ensino para todos os alunos. Para tanto, há necessidade da participação da comunidade no processo inclusivo, no âmbito pedagógico e social. Estas experiências nos mostram que é possível trabalhar com as diferenças, pois está provado que somos diferentes, seja no modo de agir, pensar e ensinar.

O relato dos professores evidenciou a preocupação com a falta de orientação e a ausência de uma equipe formada por especialistas de diferentes áreas que atue em conjunto com os docentes, o que parece ser um obstáculo para a realização de ações e projetos que viabilizem a inclusão.

Consideramos que o trabalho desenvolvido atendeu aos objetivos propostos, pois tivemos a oportunidade de ter um olhar mais crítico sobre a educação inclusiva, confirmamos a hipótese de que não estamos preparados para atender alunos com NEE, o que possibilitou uma reflexão sobre a necessidade de buscar formação e aperfeiçoamento profissional, para que possamos promover a integração destes alunos no ensino regular. Só através do conhecimento, exercitando nossa capacidade de criar, ensinar e buscar práticas pedagógicas diferenciadas conseguiremos uma transformação na educação e realizaremos, de fato, a inclusão.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Portaria n.1793, de dezembro de 1994, que resolve recomendar a inclusão da disciplina “Aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, 1994.

_____. **Declaração de Salamanca**. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. OREAL/UNESCO. Brasília: CORDE, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC, SEESP, 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre, 4ª ed., Mediação, 2006.

_____. **Removendo as barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre, Mediação, 2000.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In GOÉS, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2 ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

LIMA, Francisco José de. Ética e inclusão: o status da diferença. In MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos–[et al.] organizadores. **Inclusão: compartilhando saberes – 3 ed.**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos**. São Paulo, Summus, 2006, 103 p.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos – [et al.] organizadores. **Inclusão: compartilhando saberes – 3 ed.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MENDES, E. G. Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. de. **Temas em educação especial: avanços recentes**. São Carlos: EDUFSCAR, pp. 221-230, 2004.

MITLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Trad.: Windyz Brazão Ferreira, Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, M. A. M; AMARAL, C. T. **O aluno especial na escola regular: inclusão ou exclusão?** In: Reunião anual da ANPED, 27, Caxambu, 2004.

PIRES, José. Por uma ética da inclusão. In Martins, Lúcia de Araújo Ramos – [et al.] organizadores. **Inclusão: compartilhando saberes** – – 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva.** São Paulo: Summus Editorial, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. – Tradução e adaptação de ***Speaking of Equality: A guide to choosing na Inclusive Literacy Program for People with.*** Nova York:Roehrer, 1998. Disponível em: <http://www.inclusao.com.br/projetostextos.22htm>.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre, Artmed, 1999.

VITALIANO, Célia Regina. **Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Londrina, PR: EDUEL, 2010.

ZULIAN, Margaret Simone; FREITAS, Soraia Napoleão. **Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo.** Revista do Centro de Educação, n. 18 – ed. 2001.